

A PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS SÍRIAS EM TEMPOS DE GUERRA.

Resumo:

Este trabalho trata sobre a atuação do direito humanitário internacional e a proteção de direitos humanos de crianças em tempos de guerra, tomando como parâmetro o fragmentado território da Síria. A intenção é, não só investigar, como também chamar a atenção dos leitores para uma situação tão delicada, impactante e que poucas vezes é trazida às pautas jornalísticas ou debates acadêmicos. Para tanto, foram realizadas análises contínuas, durante aproximadamente dois anos, de notícias, documentários, instrumentos jurídicos internacionais de proteção de direitos humanos, sites de organizações humanitárias, entrevistas e livros que tratam sobre a perspectiva infantil e bélica. A conclusão não poderia ser outra senão pessimista, pois que, após anos de batalhas intermináveis, as crianças sírias, além de sofrerem com a falta de educação, saúde e segurança, ainda terão muitas dificuldades para reconstruir um país que se desfez em guerra.

Palavras Chave: Direito de Guerra; Síria; Direitos Humanos; Proteção Infantil.

Abstract:

This paper is about international humanitarian law actions and the children's human rights protection in times of war, taking as parameter the fragmented Syrian territory. The intention is, not only to investigate, but also to draw attention of the readers to such a delicate and shocking situation, that only comes a few times to journalistic scripts or academic debates. For this purpose, news, documentaries, international legal instruments of human rights, websites of humanitarian organizations, interviews and books about childlike and warlike perspective have been analyzed, continuously, for about two years. After all the research, the conclusion couldn't be more pessimist, because after years of endless battles, the Syrian children, in addition to suffering with the lack of education, health and security, are still going to face lots of difficulties to rebuild a country that collapsed due to the war.

Keywords: Law of War; Syria; Human Rights; Child Protection.

1 Introdução

Os solos do Oriente Médio, durante o ano de 2011, tornaram-se palco de um conflito que perduraria por anos, alastrando seus nefastos efeitos para além de um só país. A Guerra Síria, que tende a ser o conflito mais relevante do Século XXI, trouxe consigo um marco de catástrofe humanitária que não era vista desde a Segunda Guerra Mundial, motivo pelo qual foi utilizada neste trabalho como laboratório.

Primeiramente será feita uma breve exposição sobre as origens da Guerra Síria e sobre como têm se delineado todas as questões políticas, econômicas e sociais daquele território, tratando especialmente de mencionar sobre as violações de direitos humanos ocorridas desde o início dos conflitos. Após este exame preliminar, seguir-se-á para o aprofundamento das questões que versam sobre o objetivo principal desta pesquisa: entender, com base na legislação internacional e nos princípios humanitários, como a população civil do país – que vive sob a ditadura de Bashar Al Assad - tem sido protegida nestes tempos beligerantes, mas especialmente, sobre como esta proteção tem sido dispensada em direção às crianças sírias, o que levará a uma análise abrangente de todos os dispositivos legais do cenário mundial e sobre como estes têm impactado a vida dos menores em situação de guerra.

A justificativa para esta linha de pesquisa é simplista e concisa. Explica-se: atualmente, quando se trata da Guerra Síria, as primeiras considerações a serem feitas, quase que impulsivamente, são sobre os refugiados, de modo que logo emergem questões sobre para onde essas pessoas vão, sobre como vão transpor as fronteiras de outros países, sobre o choque entre as culturas dos imigrantes e os já residentes nos territórios onde aqueles adentram, sobre a questão empregatícia destes refugiados e diversas outras polêmicas que envolvem o assunto. Todavia, relativamente pouco se tem discorrido sobre a situação de quem não consegue sair das zonas de conflitos, e principalmente, pouco se tem discorrido sobre aqueles que, muitas vezes, nasceram e cresceram em meio à realidade de violência, perdas e desesperança, sendo esta ideia corroborada pela Dra. Marcia Brophy, ao dizer que:

Estudos sobre a saúde mental de crianças sírias refugiadas têm mostrado elevados níveis de trauma e estresse. Entretanto, muito pouco é sabido sobre o impacto em crianças que continuam no país, sendo que uma em quatro está sob o risco de desenvolver problemas de saúde de ordem mental [...] (MCDONALD, 2017).

Assim, estando a par da necessidade de se explorar melhor os aspectos que circundam as crianças que estão nas zonas de conflito, este trabalho foi desenvolvido com o intuito

primordial de adentrar no universo infantil da guerra, analisando a realidade dessas crianças e demonstrando como vivem – ou sobrevivem- em seus cotidianos, sobre quais são suas proteções jurídicas em relação à saúde, educação, alimentação e segurança diante de conflitos armados, e, demonstrando ao final principalmente a efetividade ou a ineficácia das ações inseridas no território sírio para salvaguardar estes menores.

2 A Guerra Síria

O Oriente Médio possui uma rica complexidade em seus territórios, seja política, religiosa, econômica ou cultural. Por qualquer ângulo que se estude, há de se perceber que existe uma gigantesca teia de relações entre os países que ali se instalam e seus vizinhos, o que faz com que, se algo acontece em determinado território, todos os efeitos sejam sentidos pelos demais que o circundam, conforme ocorrido em meados de 2011. O que hoje popularmente se chama de “Primavera Árabe” começou a acender suas pequenas fagulhas na Tunísia no final de 2010, e logo se espalhou para a Argélia, o Iêmen, Bahrein, Marrocos, Egito, Jordânia, Omã e a Síria (GARDNER, 2011), sendo esta última o objeto de interesse desta pesquisa.

A princípio, os protestos sírios eram pacíficos e somente continham pessoas, maioria delas civis, que buscavam ter suas vozes ouvidas nas ruas da Síria contra a falta de liberdade, contra a péssima distribuição de recursos e em prol do pluralismo cultural/religioso, dentre outras razões minoritárias. Todavia, logo começaram os protestos, forças do governo abriram fogo contra os manifestantes, o que culminou em um aumento vertiginoso da violência, e não tardou para que civis e crianças comessem a ser mortos por militares submissos ao presidente Bashar Al Assad, que desesperadamente tentava o sufocamento das revoltas e sua consequente permanência no poder.

Ali se instaurava a gênese da guerra civil que em 15 de março de 2018 aniversariou seus sete anos. Logo, segundo o documentário da Al Jazeera (2017), os protestos se espalharam para Latakia, Damasco, Homs, Baniyas, Hama, Aleppo e Al Raqqa. A partir deste momento, ainda com manifestações no país, vários sírios começaram a se juntar não como protestantes, mas como revoltosos, e não tardou para que pequenas milícias fossem instauradas para definitivamente lutar contra o regime de Assad, surgindo, por exemplo, o Exército Livre da Síria, de modo que este é o momento que os conflitos da Síria deixam de ter somente a ingênua idéia de que “era preciso ter mais democracia” para se tornar então uma batalha entre ideologias religiosas e políticas.

Com o desenrolar da guerra, é importante ressaltar que os prejuízos “humanos” não se deram somente em virtude direta dos conflitos, mas também apareceram outras concausas que vitimaram a população síria, como por exemplo, a falta de comida, de assistência médica e o retorno de doenças como poliomielite, tuberculose, difteria, hepatite e leishmaniose (LIMA, 2015). Assim, já em 2015, os números apontados por Bernardo Pires de Lima (2015) já eram impressionantes: “Oito milhões de deslocados, quatro milhões de refugiados, mais de 220 mil mortos, muitos deles civis e crianças.”.

A Síria está, portanto, pela visão de Bernardo Pires de Lima:

Fatiada, ceifada, dilacerada, queimada, esquartejada, entre uma faixa sob o domínio de Assad e um território vastíssimo disputado por combatentes anti-regime apoiados pelo exterior, tropas leais ao presidente e grupos terroristas cada vez mais bem treinados e armados. (LIMA, 2015)

Assim, percebe-se que, segundo o autor acima citado, o país tem apenas três soluções para acabar com a guerra civil: ou a oposição vence Assad pelas armas, ou as forças militares governamentais vencem os rebeldes ou a comunidade internacional movimenta-se para fora de sua inércia e intervém nos conflitos.

3 As consequências da Guerra Síria para a população infantil

As palavras “crianças” e “guerras” são, certamente, termos que jamais deveriam compor a mesma frase, no entanto, esta não é a realidade de milhares de menores que não conseguiram se livrar do cotidiano beligerante na Síria. Tal fenômeno não é novo, e, se forem analisados livros como *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher* (ALEKSIÉVITCH, 2016) ou ainda produtos cinematográficos como *A Vida é Bela* (BENIGNI, 1997), *O Menino do Pijama Listrado* (BOYNE, 2008) ou *Bem Vindo a Sarajevo* (WINTERBOTTOM, 1997), percebe-se a imensa fragilidade da população infantil frente aos efeitos das duas Grandes Guerras e da Guerra da Bósnia, sendo que, por este motivo, a situação caótica de caráter humanitário da Síria não pode ser considerada como um caso isolado.

Segundo números veiculados pela UNICEF através do jornal O Globo (2017), incluindo crianças refugiadas e crianças que estão nas zonas de conflitos, tem-se que, ao todo, 5,8 milhões delas precisam de ajuda humanitária, 2,8 milhões delas estão em áreas de difícil acesso, 2,3 milhões fugiram do país, 281 mil estão vivendo sob o cerco e 850 foram recrutadas para combater juntamente com grupos armados na guerra.

Há quem diga – posição com a qual concordamos - que na Síria uma geração inteira está perdida. Se for considerado que a guerra já perdura mais de cinco anos e, sem previsão para término, é de se perceber que inúmeras crianças (aproximadamente 3 milhões, segundo estimativas da UNICEF) nasceram em meio aos conflitos e sequer tiveram a chance de experimentar outras realidades que não aquela de bombardeios, de proliferação de doenças, de escassez de alimentos, de água, enfim, de total ausência de infraestrutura que permitiria a essas crianças os direitos mais básicos de sobrevivência digna previstos em convenções internacionais sobre os cuidados com a população infanto-juvenil.

Números divulgados em março de 2017, pela Agência France-Presse, indicam que dentre os milhares de mortos que a Guerra Síria já contabilizou, aproximadamente 17.000 são crianças, valendo ressaltar que este número é apenas uma estimativa, e que, provavelmente, a gama de vítimas infantis é muito maior. Pelos cálculos da organização *Save The Children* (2017), 7,5 milhões de crianças foram afetadas pela guerra. Ora, tais números são plenamente justificáveis, pois não é de difícil percepção que as crianças sucumbem mais facilmente a intempéries como doenças, fome e ferimentos causados pelas batalhas, como por exemplo, desabamentos, ou, quando em casos extremos – e já constatados durante a guerra – há o uso de gases venenosos contra a população.

Neste contexto hostil, as crianças sírias têm sido deliberadamente tolhidas dos direitos basilares para o desenvolvimento de suas personalidades, cidadania, saúde e segurança. Assim, considerando que o Direito, especialmente o Humanitário, pretende prever e prover proteção a determinadas categorias de pessoas que se encontrem em situações de risco, no âmbito internacional há diversos mecanismos regulamentados e aceitos por diversos países para justamente salvaguardar a população infantil em momentos em que elas estejam sendo turbadas em seus direitos ao crescimento saudável.

Quanto à educação, incontroverso que esta é e sempre foi um dos elementos mais importantes que compõem a complexa personalidade de cada indivíduo e, justamente por este motivo, que os Estados – em sua maioria –determinam de forma compulsória que a população de crianças e adolescentes esteja obrigatoriamente inserida nos quadros das escolas a partir de determinada idade. Neste sentido, estando a par das necessidades infantis de se ter amparo educacional, a Convenção Sobre os Direitos da Criança estabelece, em seu artigo 18 (2), que os “Estados Partes prestarão assistência adequada aos pais e aos representantes legais para o desempenho de suas funções no que tange à educação da criança”.

Ocorre que o direito à educação foi praticamente erradicado das zonas de guerra, pois que, hoje, apesar de muitas crianças ainda insistirem em frequentar suas antigas escolas – ou o que sobraram delas, quando as batalhas começaram, em meados de 2011, a maioria destes menores teve de abandonar os estudos, geralmente por medo, ou porque simplesmente os centros educacionais deixaram de existir e se tornaram longas pilhas de ruínas. Ademais, estima-se que mais de 50 mil professores abandonaram os seus postos de trabalho e, os que restaram no território, trabalham de graça ou por salários ínfimos. Em 2016, 35 escolas foram bombardeadas (CHADE, 2016) e ainda, segundo informações, a UNICEF estima que metade das crianças sírias esteja fora das escolas (aproximadamente 2,7 milhões), o que leva a se falar, como já citado, em uma “geração perdida” (SPUTNIK NEWS, 2017), pois que ao final da guerra, a falta de estudos levará o país a cultivar adultos sem o mínimo de instrução necessária, conforme dizeres da supervisora regional de educação da UNICEF, Dina Craissati (2015).

Entretanto, mesmo diante desta situação alarmante, pequenos agrupamentos para o ensino começaram a surgir, por iniciativa dos próprios sírios, que resgatavam materiais de escolas destruídas e, em suas próprias casas, em cômodos sem portas, e com apenas algumas cadeiras e um quadro pintado na parede, ensinavam algumas crianças o alfabeto árabe e o inglês. Ou seja, diante da necessidade de se ensinar as crianças, a Síria hoje volta aos primórdios da educação doméstica e rudimentar, simplesmente pelo fato de não haver outras opções mais viáveis, valendo ressaltar que alguns menores têm de descer em verdadeiras “cavernas”, feitas aos moldes de *bunkers*, para que possam receber aulas com a mínima segurança possível, dependendo, inclusive, de alguns materiais didáticos impressos na Turquia (ASHAWI, 2016).

É certo que, apesar de todas as dificuldades, algumas escolas ainda estão sobrevivendo na Síria. Segundo informações de Alan McDonald (2017), do *Save The Children*, desde o começo da guerra, estima-se que houve mais de 4.000 ataques a escolas, sendo que, as que continuam em funcionamento, ou estão tão deterioradas que mal conseguem comportar os alunos, ou se transformaram em centros para famílias desabrigadas ou foram tomadas por grupos armados que se utilizam destas construções como base para suas atividades. Há de se ressaltar ainda que, mesmo em funcionamento, estas escolas recebem pouquíssimos estudantes, pois, por serem locais considerados alvos estratégicos, a maioria dos pais não permite que seus filhos se desloquem até lá para que possam receber aulas.

Percebe-se, portanto, que a situação educacional na Síria está caótica para as crianças que lá residem, pois que, ainda que estas contem com a ajuda de voluntários do próprio país ou até mesmo de ajuda humanitária externa, isto não é o bastante para criar um ambiente ao menos digno de aprendizado, sendo evidente que deve haver uma preocupação internacional com o futuro destas crianças, de modo que se criem, urgentemente, maiores iniciativas para ao menos tentar diminuir os danos que a escassez de aprendizagem causará na vida destes jovens.

A saúde é outro assunto de vital importância para os órgãos e instituições que visam à proteção da população infantil, ainda mais em tempos de conflitos bélicos, pois que, como já dito em tópicos anteriores, por serem biologicamente mais frágeis, as crianças tendem a sofrer com as deteriorações de saúde não só na seara física, em decorrência de várias doenças que vêm assolando a Síria, como a poliomielite, tuberculose, difteria, hepatite e leishmaniose, mas principalmente, nos aspectos mentais e emocionais, haja vista que inúmeras crianças têm adoecido psicologicamente em decorrência do violento cotidiano a que estão submetidas.

As primeiras informações são de que milhares de crianças estão sob o efeito de estresses e traumas das mais variadas formas, pois que estão constantemente receosas por conta de bombardeios e ataques aéreos, fora o fato de que muitas delas perderam entes queridos ou foram feridas devido aos conflitos, sendo interessante também citar que muitas dessas crianças adoecem psicologicamente devido a um fator crucial e que já foi tratado anteriormente: o de estarem impedidas de irem às escolas. Tais distúrbios, causados pelos efeitos da guerra, têm gerado nestas crianças, assim como nas refugiadas, incontinência urinária, automutilação, tentativas de suicídio, comportamentos agressivos ou arredios e ainda, o uso indiscriminado de entorpecentes para “ajudar” a lidar com o constante estado de ansiedade e estresse (MCDONALD, 2017).

A organização *Save The Children* tem dito que não se sabe ao certo quais são os impactos psicológicos causados nas crianças em virtude da guerra, a preocupação dos pesquisadores, no entanto, não circunda somente o atual quadro de moléstias psicológicas em que estes menores estão inseridos, sendo que a pesquisa vai além e pretende demonstrar ainda os efeitos que a guerra trará aos futuros adultos sírios. Em recente relatório, *Invisible Wounds: The impact of six years of war on the mental health of Syria's children*, escrito por Alun McDonald, diz-se que muitos dos que hoje são crianças poderão, no decorrer dos anos,

desenvolver doenças preocupantes, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático, além de doenças cardíacas, diabetes e deficiência no sistema imunológico.

O abuso sexual é outro ponto de extrema relevância e que não pode ser olvidado, pois que é algo que está intrinsecamente ligado à saúde mental e física dessas crianças. Ainda se tratando sobre os estudos efetuados Alun McDonald pelo *Save The Children*, vários sírios entrevistados disseram que a ameaça de violência sexual contra meninas (o estudo não menciona crianças do sexo masculino) tem aumentado vertiginosamente, e que, em casos extremos, e, por medo de denunciarem seus agressores, muitas chegam a tentar suicídio após estupros ou assédios. Não obstante, existem famílias que têm enviado suas meninas de 11 a 17 anos para matrimônios arranjados, seja pelo sentimento dos genitores de que, estando casadas, estas moças estarão mais protegidas contra eventuais abusos sexuais, ou pelo fato de que não conseguem mais mantê-las junto à família devido ao estado de pobreza em que se encontram.

Ademais, não bastassem os problemas com a falta de acesso à educação e à saúde, os pequenos sírios enfrentam outro infortúnio tão devastador quanto os dois primeiramente citados: o envolvimento em milícias armadas. Apesar de muito pouco ter se comentado sobre o assunto, não se pode olvidar o fato de que grupos, especialmente o Estado Islâmico e o Exército Pela Liberação da Síria, possuem um “exército de crianças”, que é utilizado nas mais diversas operações criminosas, dentre elas, a execução de prisioneiros. Neste sentido, em artigo intitulado *Os Senhores da Guerra e as Crianças Soldado*, veiculado pela Editora Observare da Universidade Autónoma de Lisboa em 2014, Ana Paula Lourenço traz a definição do que a doutrina internacional tem chamado de “criança soldado”, conforme transcrição abaixo:

Considera-se criança-soldado todo o menor de 18 anos que participe em conflitos armados, internacionais ou não, integrando forças regulares ou irregulares, directa ou indirectamente, não sendo assim necessário que use armas, incluindo-se nesta categoria as crianças que prestam apoio logístico ou de outra índole, incluindo cozinheiros, transportadores, mensageiros, escravos sexuais ou outras (LOURENÇO, 2014).

Para a autora, o ingresso de menores em grupos armados ocorre geralmente de maneira forçada, através de coação ou de raptos na escola, na rua ou na família, sendo que referida prática culmina no treinamento militar dos coagidos/raptados, que permanecem nos grupos em busca de certa proteção e auxílio. Estas crianças muitas vezes buscam junto aos

aglomerados de beligerantes um sentimento de pertença, de “família”, todavia, não é somente este o objetivo ao ingressar nestas milícias, sendo que existe também o interesse em se ganhar dinheiro com isso, excetuando-se a situação em que as crianças são submetidas a situações análogas à da escravidão.

O estudo ainda menciona que as maiores vítimas da inserção em grupos armados são, em sua esmagadora maioria, crianças do sexo masculino, restando às meninas geralmente os trabalhos domésticos e os abusos sexuais, sendo que o artigo de Ana Paula Lourenço ainda há um gráfico que demonstra que no ano de 2012, havia apenas um grupo armado que se utilizava de táticas de recrutamento infantil, valendo ressaltar que hoje esta realidade está mudada, haja vista que outros grupos também se utilizam das crianças sírias como pequenos soldados.

De acordo com os estudos realizados pelo *Save The Children* no já citado relatório de nome *Invisible Wounds: The impact of six years of war on the mental health of Syria's children* vários adultos foram entrevistados a fim de se coletar dados sobre a situação das crianças em meio aos conflitos, sendo que 60% daqueles sírios que se disponibilizaram a colaborar com a pesquisa, disseram saber de crianças que ingressaram em grupos armados, sendo que a UNICEF, estima que 850 crianças tenham sido recrutadas nos últimos seis anos de conflito (OPINIÃO E NOTÍCIA, 2017).

4 Os instrumentos de proteção infantil no ambiente internacional

Com os avanços das positizações referentes à proteção da infância, a criança deixou de ser apenas um sujeito de deveres e necessidades para se tornar também sujeito de direitos. É por este motivo que, paralelamente às iniciativas internacionais para a contenção de guerras, ao longo dos anos também foram criados vários mecanismos que visavam a colocar as crianças em foco, de modo a lhes doar meios para o desenvolvimento saudável e adequado, para que se tornassem adultos plenos e conscientes de sua cidadania e do seu papel como indivíduo inserto em um contexto social, seja ele qual for.

Assim, as primeiras tentativas de se normatizar, positivamente, a proteção infantil se deu quando, “após a Primeira Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho foi a primeira instituição a aprovar uma convenção, em 1919, que limitava a idade para o início da vida economicamente ativa dos jovens.” (RODRIGUES, 1994, p. 48-49, apud MONACO, 2005, p. 127). Após, ainda segundo Gustavo Ferraz de Campos Monaco, em 1924 foi

aprovada da Declaração de Genebra, onde, todavia, a criança estava “numa situação claramente passiva, em que ela é mero objeto de proteção” (MONACO, 2005).

Em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem-se que com o artigo 25º a infância goza de assistência especial, e que todas as crianças, sejam elas concebidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social, ao passo que no artigo 26º tem-se a menção à educação e ao poder diretivo dos pais sobre os filhos. Neste esteio, em 1959 a ONU aprova a Resolução nº 1.386, chamada de Declaração sobre os Direitos da Criança, onde esta passa a ser sujeito ativo de direitos, sendo que outras iniciativas também existiram, como por exemplo, na Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, na Organização dos Estados Americanos e no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Em 1974, foi aprovada pela Assembleia das Nações Unidas a Declaração sobre Proteção de Mulheres e Crianças em Situação de Emergência ou de Conflito Armado, também conhecida como Resolução nº 3.318, mencionando a responsabilidade das Nações Unidas e sua preocupação pela geração vindoura. A declaração traz no bojo de seus artigos, em suma, o desejo de que o Protocolo e a Convenção de Genebra (1925 e 1949, respectivamente) sejam respeitados, bem como institui que os ataques e bombardeios, o uso de gases venenosos e práticas de tortura – sejam elas quais forem, psicológicas ou físicas, contra civis e, especialmente crianças e mulheres, sejam punidas severamente, sendo que, por fim, a Resolução ainda declara que estas pessoas devem ser objeto de todos os esforços para que sejam poupadas dos flagelos causados pela guerra.

Em 1989, foi aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas a chamada Convenção sobre os Direitos da Criança, que reafirmava os princípios da Declaração Universal de Direitos do Homem, e foi assinada por 196 países, tornando-se a norma cogente de direitos humanos no âmbito internacional de maior número de assinaturas, segundo a UNICEF. Vale mencionar que a Convenção trouxe um avanço sem precedentes para os direitos da população infantil, pois que finalmente estabeleceu uma relação mais igualitária entre os membros da família, conferindo à criança o direito de ser ouvida e, principalmente, de ser protegida contra quaisquer adversidades que pudessem comprometer o seu desenvolvimento psicológico ou físico, e isto envolve questões afetivas, educacionais, de saúde e de bem-estar no geral.

A Convenção, dentre outras coisas, revela sua complementariedade à Declaração sobre os Direitos das Crianças (1959) e pede para que haja a cooperação da comunidade internacional para trabalhar em prol dos direitos infantis. Há também, pela primeira vez, a definição sobre o que é a criança, pois que, logo em seu artigo 1º, a Convenção traz que “criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”. Ainda, em seu preâmbulo, citando a Declaração (1959), define que uma das razões para que se dispense atenção especial à criança é o fato de que por sua imaturidade física e intelectual, há a necessidade de uma proteção específica.

Vários são os assuntos abordados pela Convenção Sobre os Direitos das Crianças, valendo destacar alguns que são vistos como primordiais, como, por exemplo, a educação. Em seus artigos 28 e 29, a Convenção reconhece que todas as crianças devem ser tratadas igualmente quanto ao aprendizado, sendo que os Estados-Partes devem fornecer ensino primário gratuito e universal, encorajando sempre a frequência dos alunos; devem implantar medidas de subsídio em caso de alunos carentes, e devem sempre trabalhar para promover o desenvolvimento da personalidade e das aptidões de cada criança, ensinando-as a respeitar os familiares, o meio ambiente, a sua cultura e toda a sociedade.

Já em relação à saúde, a Convenção, em seu artigo 24, estabelece que os Estados Partes devem trabalhar para que a criança tenha o melhor sistema de saúde possível, dispensando a elas sempre o acesso a médicos e hospitais e garantindo que nenhuma seja privada aos serviços que são prestados neste aspecto. Além disso, ainda se estabelece que os Estados adotem medidas para:

Artigo 24.

(...)

- a) Fazer baixar a mortalidade entre as crianças de tenra idade e a mortalidade infantil;
- b) Assegurar a assistência médica e os cuidados de saúde necessários a todas as crianças, enfatizando o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários;
- c) Combater a doença e a má nutrição, no quadro dos cuidados de saúde primários, graças nomeadamente à utilização de técnicas facilmente disponíveis e ao fornecimento de alimentos nutritivos e de água potável, tendo em consideração os perigos e riscos da poluição do ambiente;

- d) Assegurar às mães os cuidados de saúde, antes e depois do nascimento;
- e) Assegurar que todos os grupos da população, nomeadamente os pais e as crianças,
- f) Sejam informados, tenham acesso e sejam apoiados na utilização de conhecimentos básicos sobre a saúde e a nutrição da criança, as vantagens do aleitamento materno, a higiene e a salubridade do ambiente, bem como a prevenção de acidentes;
- g) Desenvolver os cuidados preventivos de saúde, os conselhos aos pais e a educação sobre planeamento familiar e os serviços respectivos.

3. Os Estados Partes tomam todas as medidas eficazes e adequadas com vista a abolir as práticas tradicionais prejudiciais à saúde das crianças.

4. Os Estados Partes comprometem-se a promover e a encorajar a cooperação internacional, de forma a garantir progressivamente a plena realização do direito reconhecido no presente artigo. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

Assim, no decorrer da leitura da Convenção, percebe-se que ela é muito específica e possui uma ampla gama de direitos inerentes à população infantil, como, por exemplo, o direito à informação, direitos das crianças deficientes, das crianças em centros de reabilitação, e outros, entretanto, quando se faz a leitura deste documento em estrita atenção ao objeto deste trabalho, o artigo que mais chama a atenção é o de número 38, onde se estabelecem as diretrizes relativas às crianças que estão em meio a zonas de conflito, conforme transcrição abaixo:

Artigo 38

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar as normas de direito humanitário internacional que lhes sejam aplicáveis em caso de conflito armado e que se mostrem relevantes para a criança.
2. Os Estados Partes devem tomar todas as medidas possíveis na prática para garantir que nenhuma criança com menos de 15 anos participe diretamente nas hostilidades.

3. Os Estados Partes devem abster-se de incorporar nas forças armadas as pessoas que não tenham a idade de 15 anos. No caso de incorporação de pessoas de idade superior a 15 anos e inferior a 18 anos, os Estados Partes devem incorporar prioritariamente os mais velhos.

4. Nos termos das obrigações contraídas à luz do direito internacional humanitário para a protecção da população civil em caso de conflito armado, os Estados Partes na presente Convenção devem tomar todas as medidas possíveis na prática para assegurar protecção e assistência às crianças afetadas por um conflito armado.

Neste sentido, o artigo 39 da Convenção ainda diz que:

Artigo 39

Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de qualquer forma de negligência, exploração ou sevícias, de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes ou de conflito armado.

Essas recuperação e reinserção devem ter lugar num ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si própria e a dignidade da criança.

Percebe-se, portanto, que há, ainda que superficialmente, uma preocupação da comunidade internacional em preservar as crianças vítimas dos conflitos armados, primando-se pelo respeito ao trabalho humanitário e pela proibição do ingresso destes menores em grupos armados, além do que, há também a preocupação não só em proteger essas crianças, como também em recuperá-las dos traumas que advêm no período durante e pós-guerra.

A Declaração do Milênio, juntamente com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que surgiram em 08 de setembro de 2000, proclamam a sua responsabilidade especial para com as crianças, que são “a quem pertence o futuro”. Estes documentos contêm uma série de metas muito importantes para o desenvolvimento de menores, todavia, para esta pesquisa, as que mais se destacam são: acabar com a fome e a miséria, educação básica de qualidade para todos e principalmente a redução da mortalidade infantil.

Assim, chega-se ao ponto principal deste trabalho: investigar como que estes direitos da população infantil, tão caros à ordem internacional, estão sendo protegidos e efetivados na Síria diante do cenário catastrófico e violento que ali se insere. A Síria é assinante da Convenção Sobre os Direitos da Criança, tendo assinado tal pacto em 18 de setembro de 1990 e ratificado em 15 de julho de 1993 (CONVENTION ON THE RIGHTS OF THE CHILD, 1989), conforme dados fornecidos pelo site das Nações Unidas. Interessante ressaltar, somente a título de curiosidade, que a Síria não aceitou todos os termos da Convenção, e fez reserva quanto ao artigo 14, onde se estabelece a liberdade religiosa da criança, e os artigos 20 e 21, que estabelecem regras sobre a adoção. Ou seja, são reservas baseadas na religião e nos costumes, não havendo quaisquer limitações quanto às disposições sobre educação, saúde, e principalmente, sobre os conflitos armados.

A Convenção Sobre Direitos da Criança ainda traz consigo o Protocolo Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados. Este pacto estabelece, basicamente, que menores de 18 anos são proibidos de engrossar as fileiras de grupos armados, tanto nas forças armadas nacionais quanto em grupos paramilitares. Vê-se que, inclusive, no artigo 4º, o Protocolo estabelece que os Estados Partes deverão adotar medidas para impedir que grupos diversos dos exércitos oficiais recrutem menores para hostilidades, devendo, inclusive, aplicar sanções quando isto acontecer. A Síria ratificou este Protocolo em 17 de outubro de 2003, momento em que declara, inclusive, que o Protocolo é compatível com sua legislação interna, uma vez que o estatuto do seu Ministério da Defesa não permite que menores de 18 anos se alistem para serviços militares (OPTIONAL PROTOCOL TO THE CONVENTION ON THE RIGHTS OF THE CHILD ON THE INVOLVEMENT OF CHILDREN IN ARMED CONFLICT, 2000).

Assim, tomando por base estes três instrumentos de proteção de direitos humanos infantis – a Declaração do Milênio, a Convenção Sobre os Direitos da Criança e seu Protocolo Facultativo sobre o envolvimento de crianças em conflitos armados, tem-se que, apesar do caráter cogente destes princípios e normas internacionais, que logo no início de seus escritos estabelecem que os Estados Partes – a Síria, inclusive, por óbvio, deveriam estar em consonância com o que os pactos determinam, a realidade hoje no país governado por Bashar Al Assad é muito diferente das idealizações postas nos documentos supracitados, pois que,

como já foi explorado neste feito acadêmico, as crianças sírias têm sofrido em demasia com as trágicas consequências da guerra.

O governo sírio, em nenhum momento demonstra tentativas de fornecer educação (artigo 24 – Convenção Sobre Direitos da Criança), saúde (artigos 28 e 29 – Convenção Sobre Direitos da Criança), e muito menos trabalha para reduzir a mortalidade infantil ou sanar os casos de fome no país, mas pelo contrário, na verdade há fortes indícios de que, não só os combatentes livres, mas também o exército ministrado pelo então presidente sírio tenha cometido inúmeras atrocidades: primeiro porque escolas e hospitais se tornaram os alvos preferenciais para destruição; segundo, porque a Síria tem tido casos de bloqueio de ajuda humanitária como tática de guerra (AGENCIA BRASIL, 2017), o que tem deixado várias pessoas sitiadas e em situação de fome (BBC, 2017) e extrema falta de recursos; terceiro porque têm sido cometidos inúmeros crimes de guerra sem nenhuma punição dos responsáveis.

Ao que se parece, uma das únicas coisas que tenha sido feita por Bashar Al Assad para “respeitar” a convenção, ainda que inconscientemente, foi o não recrutamento de jovens abaixo de 18 anos para lutar nos conflitos, pois não há registros de que isso tenha ocorrido. Todavia, em desconformidade com a Convenção e com o Protocolo Facultativo, grupos desalinhados com o governo têm inserido jovens em suas atividades sem nenhuma punição sequer do Estado Parte - Síria, a exemplo do Estado Islâmico, que recruta crianças e adolescentes para criar a “nova geração jihadista”, ou o Exército Livre da Síria.

Pois bem, uma coisa é certa: internamente, não há qualquer vontade ou iniciativa de fazer valer qualquer imposição da Convenção Sobre Direitos das Crianças ou seu Protocolo, Declaração do Milênio, ou quaisquer diretrizes referentes a Direitos Humanos ou ao Direito Humanitário. O que se vê dentro da Síria, é, na verdade, uma atitude totalmente oposta quanto a isso, sendo que o país se tornou um enorme palco de atrocidades e crimes de guerra, tudo aos olhos coniventes de seu ditador Bashar Al Assad – o que já era de se esperar, pois que em tempos de conflitos bélicos como estes, raramente o próprio Estado toma partido para proteger seus cidadãos – do contrário, massacra-os, especialmente os mais frágeis, como as crianças. Todavia, apesar de a Síria quedar-se inerte quanto às violações dos dispositivos internacionais, o mesmo não pode se dizer da comunidade internacional, que tem o dever de

intervir nas questões do país para que sejam ao menos diminuídos os prejuízos causados aos direitos humanos.

É nesta esteira que se encontram programas vinculados a organizações, como a ONU, como a Cruz Vermelha, *Save The Children*, Caritas, Comitê Internacional de Resgate e Médico Sem Fronteiras, sendo estes apenas alguns exemplos de como a Síria, em sendo um país em guerra, tem recebido interferência externa ao seu território para a garantia e proteção das pessoas que ainda estão nas zonas de conflito. É importante lembrar que, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial cresceu o número de organizações, sejam elas voluntárias ou governamentais, e até mesmo de indivíduos isolados, que desejam levar a locais inóspitos ajuda das mais diversas formas: educacional, medicinal, alimentícia, e etc.

Conforme divulgado em 2016, mais de aproximadamente 13,5 milhões de pessoas na Síria precisam de ajuda humanitária (ONUBR, 2016), sendo que, segundo a UNICEF, “quase 6 milhões de crianças dependem agora de ajuda humanitária, 12 vezes mais do que em 2012, quando a guerra fez um ano” (ONU NEWS, 2017). Todavia, apesar de esta ajuda humanitária estar sendo enviada, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que seja suficiente, pois que ainda existem inúmeros percalços na Síria que impedem a passagem de voluntários, como por exemplo, a destruição de corredores humanitários dentro da zona de guerra.

Recentemente foi lançado um relatório sob o título *Confronting Fragmentation: Impact of Syrian Crisis Report*, o que, em tradução livre, significa “Confrontando a Fragmentação: Relatório Sobre o Impacto da Crise Síria”. Referido documento traz os impactos da guerra na economia e os prejuízos sociais que as batalhas têm gerado, como, por exemplo, a falta de estudo das crianças e jovens (assunto já tratado nesta pesquisa), as mortes de civis e o deslocamento de tantos outros milhões. Outro ponto muito importante deste relatório é o seu tom crítico, pois há uma passagem onde se menciona que apesar de os sírios estarem sofrendo por anos com as mazelas da guerra, a atenção global para seus direitos humanos só se intensifica quando a crise impacta diretamente sociedades desenvolvidas devido ao enorme fluxo migratório.

Pois bem, ainda com referência à ONU, não se pode deixar de mencionar o trabalho que a UNICEF faz para salvaguardar a infância da Síria. A organização tem trabalhado para manter condições dignas de vida e para minimizar o impacto da crise nestas crianças, especialmente nas áreas de manutenção da saúde, da nutrição, imunização, questões

sanitárias, de água, de educação, e de proteção em geral destes menores (UNICEF, 2017), sempre baseada na Convenção sobre Direitos da Criança, seus protocolos e demais dispositivos legais da seara internacional. A UNICEF mantém um site específico denominado *Children of Syria*, ou seja, “Crianças da Síria”, onde, além de habitualmente publicar vídeos e relatórios sobre a situação destas crianças, também dispõe de um ambiente virtual destinado às doações financeiras.

A UNICEF também criou um programa em 2013 chamado *No Lost Generation*, o que em tradução livre significa “Sem Geração Perdida” e que atualmente está na sua segunda fase, que cobre o período 2016-2018, fazendo frente na Síria e no Iraque, sendo que também conta como um de seus parceiros a organização *Save The Children*, que será estudada mais adiante, e se mantém com a ajuda de vários Estados como Austrália, Alemanha, Estados Unidos da América, França, Finlândia, Grécia, Itália e outros, além de receber doações de pessoas físicas que querem abraçar a causa. O programa tem três pilares básicos e interdependentes, quais sejam: educação, proteção infantil, e adolescentes e juventude (CHILDREN OF SYRIA, 2017).

Outro “braço” da ONU que também trabalha para fornecer ajuda humanitária é a ACNUR, sigla associada ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, que segundo informações veiculadas pela BBC Brasil (BBC, 2015), angaria fundos para ajudar também os sírios que não detêm a condição de refugiados, auxiliando especialmente na compra de alimentos, de itens de primeiros socorros e materiais para enfrentamento dos invernos.

O problema com as iniciativas tomadas pela ONU é que, apesar de serem eficientes – ainda que não completamente, estão fadadas à falta de financiamento. Em junho de 2017, foi anunciado que os programas estabelecidos pela UNICEF na Síria e em seus vizinhos Líbano, Jordânia, Turquia, Iraque e Egito muito provavelmente teriam de ser suspensos por falta de verbas, o que deixaria aproximadamente 9 milhões de crianças sem assistência humanitária, motivo pelo qual a UNICEF fez um apelo à comunidade internacional em busca de 1,4 bilhões de dólares, mas recebeu “menos de 25% de suas necessidades de financiamento” (ONUBR, 2017).

Há ainda, como já mencionado, outras organizações que intervêm no território sírio para auxiliar de alguma forma, como o *Save The Children*, que é uma ONG britânica e que já demonstra seu trabalho nos conflitos do Oriente Médio por décadas, vem atuando no território conflituoso da Síria desde o início da guerra. Segundo dados fornecidos pelo site oficial, o *Save The Children*, até o presente momento já foram ajudadas mais de 2 milhões de crianças (tanto as que estão na zona de conflito, quanto as que estão refugiadas em outros países), fornecendo a elas cuidados médicos (especialmente na seara psicológica), produtos de higiene, alimentos, atividades educativas e ainda fornecendo aos adultos do país meios de garantir o próprio sustento (SAVE THE CHILDREN, 2017).

Outra organização que também se faz presente no território sírio é a Caritas. Formada a partir de princípios construídos nos ideários cristãos, ela tem atuado na Síria desde 1954, todavia, foi a partir de 2011 que realmente se fizeram necessárias atitudes maciças da organização para ajudar as pessoas em situação de risco, que atualmente atuando de forma principal nas cidades de Damasco, Aleppo e Homs (CARITAS, 2017), fornecendo basicamente o que as outras organizações também fornecem, não só para crianças, mas também para os adultos sírios.

Por fim, é importante mencionar também o trabalho desenvolvido por outras organizações como o Comitê Internacional de Resgate, que de acordo com seu site oficial, provê ajuda a um milhão de sírios, sendo que metade destas pessoas são crianças (INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE, 2017). A Cruz Vermelha também é de vital importância para o trabalho humanitário na Síria, pois que, “trabalha com o Crescente Vermelho Árabe Sírio para fornecer água potável e melhorar as condições de saneamento, bem como distribuir alimentos e ajuda básica” (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2017^a), valendo ressaltar também que ultimamente, a organização tem feito um apelo para que os combatentes respeitem as normas de guerra e poupem os civis dos flagelos das batalhas (COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2017^b).

Assim, de modo a encerrar este tópico, é importante trazer o entendimento de Flávia Piovesan (2013, p.182), que diz que o maior problema dos direitos humanos “não é mais o de fundamentá-los, mas sim o de protegê-los” (apud BOBBIO, A Era dos Direitos, p. 30). Tem-se então a idéia de que apesar de os direitos humanos existirem e estarem positivados, o que é incontestável, o que Piovesan tenta exprimir através do pensamento de Bobbio, é que não

basta que estes direitos estejam somente no plano teórico, devendo eles serem trazidos para o plano concreto.

É preciso que haja adequados fundos, acesso humanitário apropriado e um novo comprometimento global com as crianças sírias, além do que, deve haver um consenso para que as partes envolvidas na guerra cessem ataques em áreas civis, acabem com o recrutamento de menores de 18 anos, e que não se utilizem de táticas de cerco (o que dificulta o acesso de ajuda humanitária) e sejam permitidos os chamados “corredores humanitários”. Além disso, deve haver a concreta punição dos responsáveis pelas violações dos direitos humanos, além de garantias de que o andamento de negociações políticas levem a uma cessação dos conflitos.

5 Conclusão

O problema atual da Síria em relação às suas crianças não é a falta de regulamentação de mecanismos internacionais que visem à proteção desta categoria de indivíduos em meio à guerra, mas sim, falta um comprometimento incisivo dos órgãos de controle destes mecanismos protetivos para inferir ao país punições ou até mesmo criar propostas de acordo entre os revoltosos, para que se possa, ao menos, realizar tentativas de se por fim aos conflitos que já se arrastam por anos. A inércia da comunidade internacional tem se mostrado latente, e apesar de todos os desmandos cometidos pelo ditador sírio e pelas milícias rebeldes que ali se instalaram, o que prevalece é um sentimento de impotência e de falta de coragem de países que poderiam intervir, mas que não o fazem devido ao fato de que a Síria comporta dentro de si uma complexa teia de interesses emaranhados dos atores internacionais, interesses esses que poderiam ser perdidos caso houvesse um confronto mais direto com Bashar Al Assad.

Ocorre que não só dentro da Síria, mas também fora, não há interesse em se auxiliar no fim da guerra e, conseqüentemente, na proteção dos que estão presos nas zonas de conflito, em especial as crianças. Conforme visto neste trabalho, além de faltarem pessoas para trabalhar e fornecer auxílio humanitário aos sírios, faltam também recursos para implementar, ou continuar mantendo programas para as crianças locais, o que só lhes dificultam ainda mais o cotidiano já tão mercado pelas perdas e sofrimento, o que é corroborado pelos próprios dizeres do chefe do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), Filippo Grandi, que menciona a falta de solidariedade internacional, uma vez que, cada vez mais países têm fechado suas fronteiras aos refugiados, o que obriga os sírios a continuarem em condições de

risco em meio aos conflitos do país natal, bem como ainda faltam recursos para que se possa enviar ajuda humanitária ao país em guerra (ACNUR, 2016).

Tais conclusões, portanto, demonstram um cenário negativo em relação ao futuro da Síria, pois que, ao que parece, os conflitos ainda não têm a mínima previsão para que sejam encerrados, o que permite deduzir que, enquanto as lutas continuarem, não só as crianças, como a população civil em geral, ainda sucumbirão às constantes violações de direitos humanos que, ressalta-se, já vem acontecendo por sete anos sob os coniventes olhares da comunidade internacional, que, ao que parece, não está cumprindo com seus tão caros e estimados deveres de fraternidade universal para com seus semelhantes, mas tão somente se utiliza da Guerra Síria para produzir noticiários sensacionalistas e para manter interesses na região do Oriente Médio.

Bibliografia

ACNUR BRASIL - *Cinco anos de conflito na Síria*. [Online]. Brasil: Agência da ONU para Refugiados, 2016. [Consult. 22 Jan. 2018]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.acnur.org/portugues/2016/03/15/cinco-anos-de-conflito-na-siria/>>.

AGÊNCIA EFE. *ONU denuncia bloqueio de ajuda humanitária à Síria e ataques a civis*. [Online] Agência Brasil, 2017. [Consult. 25 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-05/onu-denuncia-bloqueio-de-ajuda-humanitaria-siria-e-ataques-civis>>.

AGÊNCIA FRANCE-PRESSE. *Drama humanitário: mais de 17 mil crianças já morreram na guerra da Síria*. [Online]. CorreioBraziliense.com.br.: 2017. [Consult. 28 Set. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/>

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. ISBN 978-85-359-2743-6

AL JAZEERA - *The Boy Who Started The Syrian War. Featured Documentaries* [Online]. Síria: Al Jazeera English, 2017. (47 min.). [Consult. 19 Mar. 2017]. Disponível em WWW:<URL:<https://www.youtube.com/watch?v=njKuK3tw8PQ>>.

ASHAWI, Khalil. *As escolas possíveis numa Síria em guerra*. [Online]. Público, 2016. [Consult. 30 Set. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.publico.pt/2016/07/04/fotogaleria/as-escolas-possiveis-numa-siria-em-guerra-362730>>.

BBC. *Como brasileiros podem ajudar os refugiados sírios?*. [Online]. Brasil, 2015. [Consult. 29 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_sirios_brasil_ajuda_rm>

BBC. *Sitiada por guerra, população de cidade síria 'come terra, cães e gatos' para não morrer de fome*. [Online]. Brasil, 2017. [Consult. 15 Nov. 2017] . Disponível em WWW: <URL:http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160106_siria_conflito_fome_rb>.

BENIGNI, Roberto. *A Vida é Bela*. [Registro de vídeo]. Itália: Cecchi Gori Group, 1997. (1h., 56 min.), son., color.

BIRRELL, Ian. *Revealed: The boy prankster who triggered Syria's bloody genocide with slogans sprayed in his schoolyard*. [Online] Mail Online News, 2013. [Consult. 19 Mar. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.dailymail.co.uk/news/article-2315888/Revealed-The-boy-prankster-triggered-Syrias-bloody-genocide-slogans-sprayed-schoolyard.html>>.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. [Online] 1992. [Consult. 20 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/297730/mod_resource/content/0/norberto-bobbio-a-era-dos-direitos.pdf>

BOYNE, John. *O Menino do Pijama Listrado*. [Registro vídeo]. Inglaterra: BBC Films, 2008. DVD vídeo (94 min.).

CARITAS. *Where Caritas Work*. [Online] 2017. [Consult. 29 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.caritas.org/where-caritas-work/middle-east-and-north-africa/syria/>>.

CHADE, Jamil. *Cinco Anos de Guerra Levaram a Síria à “Miséria”, diz ONU*. [Online]. Brasil, 2016. [Consult. 28 Set. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,cinco-anos-de-guerra-levaram-siria-a-miseria--diz-onu-,1825629>>.

CHILDREN OF SYRIA. *What is No Lost Generation?* [Online] No Lost Generation: 2017. [Consult. 28 Dez. 2017] Disponível em WWW: <URL:<http://childrenofsyria.info/2017/03/07/what-is-no-lost-generation/>>.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (2017^a). *Guerra na Síria: através das linhas de frente*. [Online]. Icrc.org. 2017. [Consult. 30 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.icrc.org/pt/document/guerra-na-siria-atraves-das-linhas-de-frente>>.

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA (2017^b). *Raqqa e Mossul: humanidade sob ataque*. [Online] Icrc.org. 2017. [Consult. 30 Dez. 2017] Disponível em WWW: <URL:https://www.icrc.org/pt/document/raqqa-e-mossul-humanidade-sob-ataque>.

CONVENÇÃO de Viena sobre os Direitos dos Tratados = VIENNA Convention on the Law of Treaties. [Online] 22 maio 1969. [Consult. 27 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm>.

CONVENÇÃO sobre os Direitos da Criança. [Online]. 20 novembro 1989. [Consult. 25 Out. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm/>.

CONVENTION on the Rights of the Child. [Online]. 20 novembro 1989. [Consult. 25 Out. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://treaties.un.org/pages/viewdetails.aspx?src=ind&mtdsg_no=iv-11&chapter=4&clang=_en>/>

DECLARAÇÃO do Milênio. [Online]. 08 setembro de 2000. [Consult. 15 Nov. 2017] Disponível em WWW: <URL:https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf.>

DECLARAÇÃO sobre a Proteção de Mulheres e Crianças em Situações de Emergência e de Conflito Armado. [Online] 14 de dezembro de 1974. [Consult. 26 Out. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecProtMulCriEstEmerConfArm.html>.

DECLARAÇÃO Universal de Direitos Humanos. [Online]. 10 dezembro 1948.[Consult. 02 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm>.

GARDNER, Frank - *O Homem que “acendeu” a fagulha da Primavera Árabe* [Online]. BBC notícias, 2011. [Consult. 30 Jul. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217_bouazizi_primavera_arabe_bg.shtml>.

INTERNATIONAL RESCUE COMMITTEE. *Shattered lives: Syria*. [Online]. Rescue.org.: 2017. [Consult. 29 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.rescue.org/country/syria>>

LIMA, Bernardo Pires de. *A Síria Em Pedacos*. 2. ed. Lisboa: Tinta da China, 2015.

LOURENÇO, Ana Paula. *Os “senhores da guerra” e as crianças-soldado*. [Online] Observare – Janus: 2014 - Metamorfoses da Violência (1914-2014), Lisboa, v. 1, n. 1, p.122-123. [Consult. 17 Out. 2017]. Disponível internet: <URL:<http://repositorio.ual.pt/handle/11144/2890>>.

MCDONALD, Alun - *Invisible Wounds: The impact of six years of war on the mental health of Syria's children*. [Online]. Inglaterra: Save The Children, 2017. [Consult. 20 mar.2018]. Disponível em WWW: <URL:http://www.savethechildren.org.uk/sites/default/files/images/Invisible_Wounds.pdf>.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *A Proteção da Criança no Cenário Internacional*. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. ISBN 85-7308-769-2

O GLOBO. *Em seis anos, guerra síria expulsou metade da população das suas casas*. 2017. [Online]. O Globo.com.: 2017. [Consult. 18 Out. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://oglobo.globo.com/mundo/em-seis-anos-guerra-siria-expulsou-metade-da-populacao-das-suas-casas-21058533>>.

ONUBR. *ONU e 120 organizações humanitárias pedem à população mundial união pelo fim do conflito sírio*. [Online] Brasil: 2016. [Consult. 28 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://nacoesunidas.org/onu-e-120-organizacoes-humanitarias-pedem-a-populacao-mundial-uniao-pelo-fim-do-conflito-sirio/>>.

ONUBR. *Projetos apoiados pelo UNICEF na Síria e em países vizinhos podem ser suspensos*. [Online] Brasil: nacoesunidas.org. 2017. [Consult. 29 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://nacoesunidas.org/projetos-apoiados-pelo-unicef-na-siria-e-em-paises-vizinhos-podem-ser-suspensos/>>.

ONU NEWS. *Sufrimento de crianças na Síria atingiu o "fundo do poço", alerta Unicef*. [Online] Nova York: EBC Agência Brasil, 2017. [Consult. 28 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-03/sofrimento-de-criancas-na-siria-atingiu-o-fundo-do-poco-alerta-o>>.

OPINIÃO E NOTÍCIA. *Unicef afirma que 2016 foi o pior ano para crianças na Síria*. [Online]. Brasil: 2017. [Consult. 12 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<http://opiniaoenoticia.com.br/internacional/unicef-afirma-que-2016-foi-o-pior-ano-para-criancas-na-siria/>>.

OPTIONAL Protocol to the Convention on the Rights of the Child on the involvement of children in armed conflict.[Online]. 25 maio 2000. [Consult. 25 Out. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://treaties.un.org/pages/viewdetails.aspx?src=ind&mtdsg_no=iv-11&chapter=4&clang=_en>.

PROTOCOLO Facultativo para a Convenção sobre os Direitos da Criança sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados. [Online]. 25 maio 2000. [Online]. [Consult. 03 Nov. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10124.htm>.

SAVE THE CHILDREN. *Syria: Childhood in Crisis Our Humanitarian Mission for Children affected by Syria's Conflict*. [Online] SavetheChildren.org.: 2017. [Consult. 29 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:http://www.savethechildren.org/atf/cf/{9def2ebe-10ae-432c-9bd0-df91d2eba74a}/SYRIA_MAY17.PDF>.

SPUTNIK NEWS. *“Geração Perdida” da Síria: Não há futuro sem educação das crianças*. [Online]. Brasil: 2017. [Contul. 14 Abr. 2017]. Disponível em WWW: <URL:https://br.sputniknews.com/oriente_medio_africa/201701217483249-siria-criancas-educacao-unicef/>.

UNICEF MENA. *4 Years On: Education caught in the crossfire of conflict. Realização de Unicef. S.i, 2015*. [Online]. 2015 (2 min.). [Consult. 30 Set. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.youtube.com/watch?v=d0YHtwEsDos>>.

UNICEF. *Reaching #ChildrenUnderAttack*. [Online]. Unicef.org.: 2017. [Consult. 28 Dez. 2017]. Disponível em WWW: <URL:<https://www.unicef.org/emergencias/syria/>>.

WINTERBOTTOM, Michael. *Bem Vindo a Sarajevo*. [Registro vídeo]. Estados Unidos: Miramax, 1997.1 DVD vídeo (103 min.).